



# II Simpósio Internacional Jürgen Habermas

*Esfera pública: mudanças e perspectivas*  
Florianópolis | 21 a 24 de Novembro de 2023

## ANAIS



*Amarildo Luiz Trevisan  
Adrielly Benigno de Moura  
Alba Lígia de Almeida Silva*  
(Organizadores)



**II Simpósio Internacional**  
**Jürgen Habermas**

*Esfera pública: mudanças e perspectivas*  
Florianópolis | 21 a 24 de Novembro de 2023

**ANAIS**

**Universidade Federal de Santa Catarina**

Reitor: Ubaldo César Balthazar

**Departamento de Filosofia**

Chefe: Franciele Bete Petry

**Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

Coordenador: Vilmar Debona

**NÉFIPO – Núcleo de Ética e Filosofia Política**

Coordenador: Diego Kosbiau Trevisan

**Corpo Editorial da Néfiponline**

Alessandro Pinzani  
Aylton Barbieri Durão  
Diego Kosbiau Trevisan  
Darlei Dall’Agnol  
Delamar Dutra  
Denilson Luís Werle  
Franciele Petry  
Janyne Sattler  
Maria de Lourdes Borges  
Milene Tonetto  
Vilmar Debona

**Conselho Editorial**

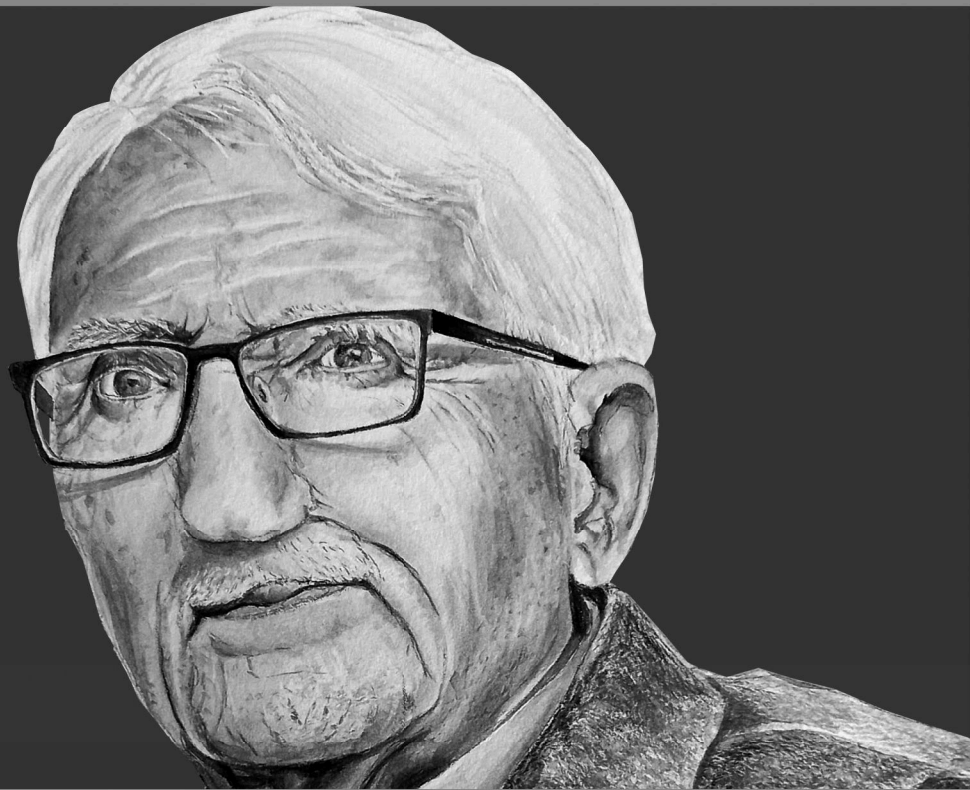
Alberto Pirni  
Amandine Catala  
Amaro Fleck  
Cristina Foroni Consani  
Felipe Gonçalves Silva  
Fernando Costa Mattos  
Fred Rauscher  
Joel T. Klein  
Jorge Sell  
Luiz Repa  
Maria Clara Dias  
Monique Hulshof  
Nathalie Bressiani  
Nunzio Ali  
Nuria Sánchez Madrid  
Nythamar Oliveira  
Robson dos Santos  
Rúrion Melo  
Thomas Mertens  
Yara Frateschi



# II Simpósio Internacional Jürgen Habermas

*Esfera pública: mudanças e perspectivas*  
Florianópolis | 21 a 24 de Novembro de 2023

## **ANAIS**



**Amarildo Luiz Trevisan**  
**Adrielly Benigno de Moura**  
**Alba Lígia de Almeida Silva**  
(Organizadores)

NéfiOnline  
Florianópolis  
2023

## NÉFIPO

Núcleo de Ética e Filosofia Política

Coordenador: Diego Kosbiau Trevisan

Vice-coordenador: Denilson Luis Werle

Campus Universitário - Trindade - Florianópolis

Caixa Postal 476 Departamento de Filosofia - UFSC

CEP: 88040-900

<http://nefipo.ufsc.br/>

Capa: Waldelio Pinheiro do Nascimento Junior - RIEV/UFPB

Projeto Gráfico: Emano Luna

Normalização Bibliográfica: Marcilio Herculano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Ficha Catalográfica: Alba Lígia de Almeida Silva. CRB-15/000009

S612 Simpósio Internacional Jürgen Habermas (2.: 2023 nov.: Florianópolis, SC).

Esfera Pública: mudanças e perspectivas. Anais do II Simpósio Internacional Jürgen Habermas [recurso eletrônico online] / Organizadores, Amarildo Luiz Trevisan, Adrielly Benigno de Moura, Alba Lígia de Almeida Silva. – Dados eletrônicos - Florianópolis: NéfiOnline, 2023.

773 p.: PDF

ISBN: 978-65-994761-6-7

1. Educação – Aprendizagem. 2. Jürgen Habermas – Educação. 3. Mídias Digitais. I. Trevisan, Amarildo Luiz (org.). II. Moura, Adrielly Benigno de (org.). III. Silva, Alba Lígia de Almeida (org.) IV. Título.

CDU: 37.01



Licença de uso Creative Commons

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/deed.pt>

# Manipulação e distorção da verdade na esfera pública: *media* e pensamento crítico

## Manipulation and distortion of truth in the public sphere: media and critical thinking

Paulo Moutinho Barroso<sup>1</sup>

ICNOVA – Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa  
pbarroso1062@gmail.com

**Resumo:** No ideal de democracia deliberativa, o perigo da manipulação e da distorção da verdade confronta-se com a salvaguarda dos *media* e do pensamento crítico. Para Habermas, a esfera pública é o espaço de interação comunicativa onde os cidadãos discutem, de uma maneira racional e aberta, questões políticas de interesse comum. Com o desenvolvimento dos *mass media* e os novos *media*, a esfera pública é influenciada por forças que procuram veicular interesses ou ideologias, manipulando a verdade e distorcendo ou enfraquecendo o debate público. Os *mass media* têm o poder de moldar a opinião pública, pois escolhem, destacam e divulgam informações que influenciam a percepção pública da verdade e prejudicam a cidadania. No contexto da democracia deliberativa, o pensamento crítico e a participação ativa dos cidadãos são imprescindíveis para combater o conformismo e o mimetismo. Uma esfera pública democrática depende de cidadãos informados e envolvidos, capazes de avaliar criticamente as informações apresentadas pelos *media* e de participar em discussões públicas fundamentadas em argumentos racionais e baseados em evidências. Todavia, seguindo uma estratégia teórico-conceitual, pretende-se argumentar que a) a esfera pública mediática, sobretudo na dimensão virtual, não estimula a procura ativa e racional da verdade e do consenso, fomentando, pelo contrário, desinformação; e b) competências para reconhecer e combater a manipulação da verdade por meio do pensamento crítico

---

<sup>1</sup> ICNOVA – Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

## Manipulação e distorção da verdade na esfera pública: *media* e pensamento crítico

se impõem como emergentes em sociedades cada vez mais acrílicas e da desinformação.

**Palavras-chave:** esfera pública; manipulação; pensamento crítico.

**Abstract:** In the ideal of deliberative democracy, the danger of manipulation and distortion of the truth is confronted with safeguarding the media and critical thinking. For Habermas, the public sphere is the space of communicative interaction where citizens discuss, in a rational and open manner, political issues of common interest. With the development of mass media and new media, the public sphere is influenced by forces that seek to convey interests or ideologies, manipulating the truth and distorting or weakening public debate. The mass media have the power to shape public opinion, as they choose, highlight, and disseminate information that influences the public perception of the truth and undermines citizenship. In the context of deliberative democracy, critical thinking and the active participation of citizens are essential to combat conformism and mimicry. A democratic public sphere depends on informed and involved citizens, able to critically evaluate information presented by the media and to participate in public discussions based on rational and evidence-based arguments. However, following a theoretical-conceptual strategy, it is intended to argue that a) the media public sphere, especially in the virtual dimension, does not stimulate the active and rational search for truth and consensus, instead encouraging disinformation; and b) competences to recognize and combat the manipulation of the truth through critical thinking are emerging as increasingly uncritical societies and disinformation.

**Keywords:** critical thinking; manipulation; public sphere.

## 1 Introdução

“O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública. [...] no âmbito da esfera pública estabelecida, os meios de comunicação de massa surgem apenas como transmissores de propagandas.” (Habermas, 2003, p. 202 e 253).

### Manipulação e distorção da verdade na esfera pública: *media* e pensamento crítico

Esta epígrafe reflete a preocupação de Habermas com a transformação da esfera pública devido à influência dos meios de comunicação de massa. A relevância e pertinência desta epígrafe, que serve de mote para este artigo, justifica o objetivo desta abordagem teórico-conceitual em compreender a esfera pública como espaço onde os cidadãos se reúnem para discutir questões políticas e sociais de maneira racional e informada. A epígrafe revela o papel dominante que os meios de comunicação de massa exercem nesse espaço. Para Habermas, em vez de servirem como facilitadores de um debate público informado, os meios de comunicação de massa são cada vez mais utilizados como veículos de ideologias, propaganda e manipulação.

Embora o mundo criado pelos meios de comunicação de massa possa parecer ainda fazer parte da esfera pública, essa aparência é enganosa. No contexto da esfera pública estabelecida, os meios de comunicação de massa não estão a promover o desejável diálogo público. Em vez disso, atuam como propagadores de mensagens direcionadas e muitas vezes manipuladoras. Esta é a crítica de Habermas ao modo como os meios de comunicação de massa afetam a qualidade do debate público e, conseqüentemente, da democracia, pois a tendência é os *media* se tornarem ferramentas de poderes políticos, económicos e sociais que procuram moldar a opinião pública de acordo com seus interesses. Essa crítica tem relevância crescente nos dias de hoje, à medida que o campo dos *media* evolui e a disseminação de informações, a par da desinformação, se torna mais complexa através das redes sociais e das plataformas digitais. A advertência de Habermas sobre os perigos da manipulação da esfera pública pelos *media* continua a ser uma chamada à reflexão crítica sobre a importância da diversidade de ações comunicativas, do pensamento crítico e da procura por uma esfera pública mais informada e deliberativa.

Na sua teoria da ação comunicativa, Habermas (1984a; 1984b) desenvolve várias concepções importantes, complexas e interligadas, como a da esfera pública assente sobre ideais de democracia e racionalidade e, depois, as concepções do que integra e faz funcionar essa esfera pública, como o ideal de comunicação, de ação social e de verdade. Habermas argumenta que a procura da verdade é um aspeto fundamental para o funcionamento efetivo da esfera pública democrática.

Para Habermas, a esfera pública ideal é um espaço no qual os cidadãos se reúnem para participar em discussões racionais e deliberativas sobre questões políticas e sociais. Nesse contexto, a verdade é entendida como resultado do processo discursivo, no qual os argumentos são submetidos ao escrutínio público, com base na razão e na procura por fundamentos sólidos.

Habermas enfatiza que a verdade não é apenas uma questão de correspondência com os factos objetivos, ao contrário da perspetiva de Aristóteles. Na *Metafísica*, Aristóteles (1999, 1011b1) distingue o falso e a verdade. A distinção é lógica: é falso dizer (*legein*) que o que é, não é (negar o que existe), ou que o que não é, é (afirmar o que não existe); é verdade (*alethes*) dizer que o que é, é (afirmar o existente) e o que não é, não é (negar o inexistente). Os atos comunicacionais que afirmam que uma coisa é ou não é afirmam quer o que é a verdade quer o que é falso. Para Habermas, a verdade está relacionada com a coerência lógica e a validade dos argumentos apresentados na esfera pública. Habermas defende que, numa esfera pública democrática ideal, as pessoas devem ter a oportunidade de apresentar as suas visões e opiniões, e estas devem ser criticamente examinadas através de um diálogo aberto e inclusivo.

Habermas também alerta para os perigos da manipulação e distorção da verdade na esfera pública por meio de estratégias de comunicação falaciosas e propagandas enganosas. Ele considera

essas práticas como ameaças à própria base da democracia, pois enfraquecem a possibilidade de uma deliberação pública informada e racional. A perspectiva de Habermas sobre a verdade na esfera pública enfatiza a importância da comunicação racional, a procura pela verdade e a argumentação fundamentada como fundamentos essenciais para a participação democrática e a tomada de decisões políticas legítimas.

A democracia deliberativa é um modelo de democracia que enfatiza o papel do debate público, da discussão fundamentada e da deliberação coletiva na tomada de decisões políticas. Nesse modelo, a ideia é que os cidadãos participem ativamente no processo de formação de políticas públicas, não apenas através do voto, mas também por meio do envolvimento em discussões informadas e construtivas. Por conseguinte, a deliberação pública é um dos princípios-chave da democracia deliberativa. Nesta deliberação pública, a ênfase é colocada na deliberação aberta e transparente, na qual os cidadãos têm a oportunidade de trocar ideias, informações e argumentos sobre questões políticas. O objetivo é chegar a um entendimento mais amplo e informado das diferentes perspectivas em jogo.

A argumentação racional é outro dos princípios-chave da democracia deliberativa, pois esta valoriza a argumentação fundamentada e racional. Os participantes são encorajados a apresentar os seus pontos de vista com base em evidências, lógica e razão, em vez de meras emoções ou preconceitos. A inclusão e diversidade são também princípios-chave da democracia deliberativa. A diversidade de opiniões e perspectivas é vista como um ativo para a tomada de decisões informadas. A democracia deliberativa procura incluir uma ampla gama de vozes, a fim de representar adequadamente os interesses da esfera pública. Através da discussão e deliberação, os cidadãos têm a oportunidade de aprender uns com

os outros e expandir o seu entendimento sobre as questões coletivas complexas. Isso leva a decisões mais informadas e contextualmente relevantes assentes na procura do consenso ou compromisso. Embora o consenso completo nem sempre seja alcançado, a democracia deliberativa procura promover o entendimento mútuo e, em muitos casos, chegar a compromissos que levem em consideração as várias perspetivas de uma participação ativa. Além do ato de votar, os cidadãos são encorajados a participar ativamente na política por meio do envolvimento em discussões, grupos de debate, audiências públicas e outros espaços de deliberação.

A participação na esfera pública deve cumprir o desejado desígnio de políticas orientadas para o bem comum. A democracia deliberativa procura orientar as decisões políticas para o bem comum da sociedade como um todo, ao invés de privilegiar apenas interesses individuais ou de grupos específicos. A democracia deliberativa é vista como uma abordagem que pode fortalecer a legitimidade das decisões políticas, ao envolver os cidadãos de maneira mais profunda e informada no processo democrático. No entanto, ela também enfrenta desafios práticos, como a complexidade das questões, a participação desigual e as dificuldades em alcançar consensos em sociedades diversificadas.

## **2 Esfera pública e democracia deliberativa**

O conceito de esfera pública, como o de democracia, subjaz à ideia de bem comum, aberto à participação de todos, o que é público ou possui publicidade (no sentido de algo tornado público). Em 1962, quando publica *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Habermas (2003, p. 14) desenvolve uma crítica imanente à categoria de esfera pública como publicidade, transparência e abertura com a participação dos *media*.

Ao desenvolver o conceito de “esfera pública”, Habermas define a ideia de espaço ou ambiente próprio onde as pessoas participam e se expressam livremente na discussão de questões de interesse coletivo.

Charles Taylor (2010, p. 88) considera, em *Imaginários sociais modernos*, que um tema central desta obra de Habermas é a emergência na Europa ocidental setecentista de um novo conceito de opinião pública, quando publicações dispersas e intercâmbios de pessoas redundam num debate mais vasto, do qual emerge a opinião pública de toda uma sociedade. O conceito de esfera pública de Habermas revela as estruturas de poder que lhe estão subjacentes, podendo conduzir para a mudança social (Bell; Loader; Pleace; Schuler, 2005, p. 130). Para Habermas, os ideais de liberdade, solidariedade e igualdade do Iluminismo estão implícitos no conceito de esfera pública e fornecem o padrão de crítica imanente (Finlayson, 2005, p. 9). Habermas define a emergência de um raciocínio público exterior ao público literário dos salões, clubes e cafés da Europa do século XVIII (Habermas, 2003, p. 45) e retrata o seu gradual declínio e desintegração. Efetivamente, a esfera pública exige participação racional e letrada, para a qual contribuem os meios de comunicação social e a sua expansão e funções sociais. O advento de um conjunto de liberdades (de imprensa, de pensamento, de expressão e opinião, de ação) foi cimentado por um contexto político e social favorável ao desenvolvimento da esfera pública como espaço, por um lado, e o desenvolvimento da esfera pública foi impulsionado por esse conjunto de liberdades associadas ao campo dos *media*, por outro lado. O referido advento de liberdades beneficiou de um contexto político e liberal na *polis* enquanto centro das dinâmicas sociais e das ações coletivas e interações sociais, um contexto discursivo, propício à formação e expressão de opiniões e às relações de mediação de ideias, ideais, valores, críticas, opiniões e informações por parte dos *media*.

Habermas analisa as condições comunicativas sob as quais se forma a opinião pública nas sociedades modernas, considerando duas dimensões para a opinião pública: a) a opinião pública enquanto instância crítica dos cidadãos face às instituições; e b) a opinião pública enquanto instância receptiva dos cidadãos isolados (Espinar; Frau; González; Martínez, 2006, p. 41). Habermas entende que a comunicação está voltada para o entendimento de quem participa no processo público de discussão e defende que é possível extrair regras de ação com conteúdo normativo (pragmática discursiva universal) a partir da estrutura da linguagem. Essas regras condicionam as formas de agir e definem as ações e os comportamentos éticos. Para Habermas, o público é o que tem interesse geral e envolve/afeta o cidadão enquanto membro de uma sociedade. A esfera pública é a esfera do âmbito da vida social, aberta a todos os indivíduos, na qual se pode constituir uma opinião pública. Os cidadãos são públicos reunidos e concertados com a liberdade e a racionalidade, sem pressões e com garantia de poderem manifestar opiniões de maneira pública e livre.

Os públicos são amplos e requerem formas de comunicação social, meios de transferência e influência (meios da esfera pública). A função da opinião pública é, para Habermas, legitimar o domínio público por meio de um processo crítico de comunicação, sustentado em princípios de argumentação e de consenso racionalmente motivado (Espinar; Frau; González; Martínez, 2006, p. 43) na esfera pública de discussão.

A esfera pública é também uma esfera social e cultural, porque é o espaço onde as tradições, os significados, as concepções coletivas, os padrões culturais, as ações comunicativas e os entendimentos mútuos, as interações sociais etc. são vividos, praticados, mantidos e desenvolvidos. Habermas coloca a esfera pública no centro do coletivo “mundo da vida” (Wessler, 2018, p. 43), distinguindo três

tipos de recursos ou componentes estruturais do “mundo da vida”: a cultura, a sociedade e a personalidade fornecidos pelo “mundo da vida”: a) um repositório de conhecimento cultural; b) os valores e normas coletivas; c) as competências individuais adquiridas nos processos de socialização e inclinação (Habermas, 2010a, p. 324-325).

Segundo Anthony Giddens, a esfera pública revelou-se um projeto malsucedido na prática, pois o que se esperava do desenvolvimento inicial da esfera pública não se realizou totalmente. “O debate democrático é abafado, nas sociedades modernas, pelo desenvolvimento da indústria da cultura” e o “desenvolvimento dos meios de comunicação social de massas e o entretenimento de massas leva a que a esfera pública se torne, em grande parte, um logro” (Giddens, 2008, p. 455). Para Giddens, a política é encenada no parlamento e nos meios de comunicação social, enquanto os interesses comerciais triunfam sobre os interesses do público. Nestas condições opostas ao ideal de esfera pública pensado por Habermas, a opinião pública não se forma através de uma discussão aberta e racional, mas através da manipulação e do controlo (Giddens, 2008, p. 455).

### **3 Ação comunicativa e ação estratégica na esfera pública**

Habermas estabelece uma relação fundamental entre a ação e a comunicação na esfera pública. A ação social e a comunicação, que também é um tipo de ação social, são fundamentais para a constituição de um ideal de esfera pública democrática. No ensaio “O que é a pragmática universal?”, Habermas concebe a ideia de pragmática universal e explica que a tarefa desta é identificar e reconstruir as condições universais de possível entendimento. A função da pragmática universal é identificar e reconstruir as condições universais de possível compreensão mútua,

uma espécie de “pressupostos gerais de ação comunicativa”, pois é fundamental o tipo de ação adotado com o objetivo de se conseguir entendimento (Habermas, 2002a, p. 10).

Habermas parte do princípio e da validade de que outras formas de ação social (e.g. ações estratégicas de um modo geral) também derivam da ação orientada para o entendimento. Mas, Habermas (2002a, p. 10) destaca as ações de discurso específicas de outras formas de ação comunicativa. Para a ação comunicativa alcançar o entendimento que se propõe, existem pressupostos, tal como qualquer outra ação social. Qualquer pessoa que atue comunicativamente deve, ao executar qualquer ação de fala, apresentar reivindicações de validade universal e supor que estas possam ser justificadas ou redimidas. Se essa pessoa pretende exercer uma ação comunicativa e efetivamente a realiza, é porque previamente deseja participar num processo social para alcançar o entendimento. Ao participar nesse processo, não pode evitar reivindicações de validade: a) pronunciar algo compreensível; b) dar ao interlocutor algo para entender; c) tornar-se ele próprio compreensível; d) chegar a um entendimento com a outra pessoa (Habermas, 2002a, p. 12). De acordo com Habermas, a ação comunicativa será e permanecerá aceitável e estável se estes requisitos de validade forem cumpridos: i) escolher uma forma de expressão inteligível para a mútua compreensão; ii) ter intenção de comunicar uma proposição verdadeira, um conteúdo proposicional cujas pressuposições existenciais estejam satisfeitas, de forma que o recetor possa partilhar o conhecimento do emissor; iii) o emissor deve pretender exprimir as suas intenções de uma forma verdadeira, de forma que o ouvinte possa considerar o seu discurso credível; iv) o emissor deve escolher um discurso correto quanto às normas e valores, de forma que o recetor possa aceitá-lo e que ambos possam concordar no que toca a uma base normativa reconhecida (Habermas, 2002a, p. 12).

O objetivo da ação comunicativa como prática social é chegar a um entendimento e a um acordo assente no conhecimento partilhado com confiança mútua. Habermas (2002a, p. 13) esclarece que o acordo é baseado no reconhecimento das reivindicações de validade correspondentes de compreensibilidade, verdade, veracidade e retidão (Habermas, 2002a, p. 13). Todas as ações comunicativas devem ser pautadas por este fundo normativo da pragmática universal, seguindo rotinas, papéis, formas convencionais de comunicação para o entendimento. Caso contrário, a ação comunicativa permanece indeterminada. As ações de comunicação tanto podem satisfazer como violar as expectativas ou convenções sociais normativas (Habermas, 2002a, p. 58).

Habermas apresenta a ação e a razão comunicativas como um caso paradigmático de ação e de razão explícitas, orientadas para alcançar o entendimento (Habermas, 2010c, p. 158). A ação comunicativa é a ação cujo sucesso depende da resposta do recetor às pretensões de validade colocadas pelo emissor, que são de três tipos: i) pretensões de verdade sobre o que é afirmado ou pressuposto; ii) pretensões de retidão normativa do ato do discurso num dado contexto; iii) pretensões de veracidade do falante.

A ação comunicativa é uma “interação simbolicamente mediada”, que se rege por “normas vinculativas que definem expectativas de comportamento mútuas e têm de ser compreendidas e aceites por pelo menos dois sujeitos agentes” (Habermas, 2010b, p. 39).

A partir do conceito de racionalidade de Max Weber, Habermas desenvolve, em *Técnica e ciência como ideologia*, a ideia de racionalização da ação ou prática de comunicação. A racionalização é a “ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional” (Habermas, 2006, p. 45); é a racionalização da sociedade, que depende da institucionalização do progresso

científico e técnico e que corresponde à “tecnificação” do social, da ação instrumental, da comunicação, pois só quando comunicarmos “sem coação e cada um se reconhecer no outro, poderia o género humano reconhecer a natureza como um outro sujeito”. Em *Técnica e ciência como ideologia*, Habermas critica a razão instrumental imposta pelo domínio da técnica (Habermas, 2006, p. 65).

As formas de comunicação, incluindo as redes de notícias e de comunicação generalizada, ficam sujeitas às condições de racionalidade instrumental ou estratégica, surgindo a infraestrutura de uma sociedade sob a coação à modernização, que se apodera das esferas vitais, como a da comunicação (Habermas, 2006, p. 65).

A ciência e a técnica tornam-se “ideologia” e formam um sistema complexo técnico-científico sujeito à produção industrial. Segundo Jean-François Dortier (2006, p. 247), a razão não se reduz à sua dimensão utilitária; tem também uma finalidade comunicacional que resiste na linguagem e que almeja a intercompreensão. Deste modo, surge a ação comunicativa, que não é nem instrumental nem estratégica. A ação comunicacional é, para Habermas, um conceito político pertinente, pois permite pensar a democracia e a participação do indivíduo na esfera pública, fundando-se a discussão em vez da dominação.

Em “O que é a pragmática universal?”, Habermas incorpora a ação comunicativa (orientada para alcançar o entendimento) em outros tipos de ação. Assim, distingue-se a ação comunicativa e a ação estratégica. A ação estratégica é orientada para o sucesso do agente, identifica-se com os modos de ação que correspondem ao modelo utilitário de ação racional-proposicional), enquanto a ação simbólica corresponde a modos de ação que estão vinculados a sistemas não-proposicionais de expressão simbólica, como a música ou a dança. Segundo Habermas (2002a, pp. 65-66), a ação estratégica e a ação simbólica diferem da ação comunicativa, pois

as reivindicações individuais de validade são suspensas: na ação estratégica, a veracidade; na ação simbólica, verdade.

Em *Técnica e ciência como ideologia*, Habermas clarifica a distinção entre a ação estratégica e a ação comunicativa. “A ação estratégica distingue-se das ações comunicativas que ocorrem sob tradições comuns, em virtude de a decisão entre possibilidades alternativas de escolha poder e ter de tomar-se de forma fundamentalmente monológica, isto é, sem um entendimento *ad hoc*.” (Habermas, 2006, p. 22). Já em “Ações, atos de fala, interações linguisticamente mediadas e o mundo vivo”, empreende a distinção entre ação comunicativa e ação estratégica enquanto duas variáveis da interação, na base da racionalidade dos atos de fala face ao entendimento obtido (Habermas, 2002b, p. 111).

Na ação comunicativa, os participantes coordenam entre si os seus planos de comunicação através de processos linguísticos de entendimento, enquanto na ação estratégica este potencial para a racionalidade comunicativa não se verifica, mesmo quando as interações são linguisticamente mediadas, por um lado, e os participantes coordenam os seus planos de ação entre através do exercício recíproco de influência, por outro lado (Habermas, 2002c, p. 205).

Em *The theory of communicative action*, Habermas distingue ação comunicacional e uso estratégico da linguagem com base na procura (ação estratégica) dos interlocutores por entendimento e influência. A ação estratégica é aquela em que um falante usa, através de um enunciado, o seu interlocutor como um meio para realizar um determinado interesse (e não apenas para comunicar). Para Habermas, só há ação comunicativa “quando a interação está voltada para o entendimento válido e os participantes do diálogo harmonizam sem reservas os seus fins ilocucionários (obtem consensos)” (Magalhães, 2010, p. 155).

Em “A racionalidade do entendimento”, Habermas (2010d, p. 101) explica a racionalidade comunicativa, que se exprime “na capacidade unificadora do discurso orientado para o entendimento que assegura aos locutores intervenientes, ao mesmo tempo, um mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, com ele, o horizonte no qual todos se podem referir ao mesmíssimo mundo objetivo”.

Habermas desenvolve uma teoria global da ação social em que “o agir é considerado nos termos de uma interação que se constitui na base de regras alicerçadas na comunicação linguística” (Demartis, 2006, p. 23). Por isso, Habermas interessa-se pelos modelos universais do agir que estruturam a comunicação linguística como um conjunto de dizer e de fazer (universais pragmáticos). Nesta perspetiva, evidencia-se o carácter duplo da comunicação, pois se esta é dirigida à produção de convenções realizadas para o consenso face o poder constituído, a interiorização de formas ideológicas codificadas provoca no sujeito formas comunicativas sistematicamente distorcidas (Demartis, 2006, p. 24). Assim, é no âmbito da relação comunicativa que devem ser apreendidos os pressupostos gerais implícitos de racionalidade e da verdade que permitem distinguir a comunicação distorcida da comunicação autêntica (Demartis, 2006, p. 24). “Daí, a possibilidade de um agir comunicativo orientado para a compreensão, que se contrapõe ao agir orientado para o êxito e que tem o seu fim na prossecução de interesses.” (Demartis, 2006, p. 24).

O conceito de “agir comunicacional” está subjacente à prática ética, na medida em que releva os critérios de funcionalidade social. Para Habermas, a debilitação das relações comunicacionais entre os indivíduos enaltece a ética face à “irresistível ascensão de uma lógica de sistemas integrados, que se organizam em torno da tecnologia e do mercado” (Polistchuk; Trinta, 2003, p. 116). Habermas propõe um racionalismo próprio ao agir comunicacional. Um racionalismo exercido através de atos discursivos pelos quais os indivíduos podem

Manipulação e distorção da verdade na esfera pública: *media* e pensamento crítico

orientar as suas ações para um sentido comunitário. Por isso, a ética surge como bússola para o indivíduo proceder às suas escolhas e práticas discursivas.

#### **4 Desafios e ameaças à verdade na esfera pública**

As práticas de manipulação e distorção da verdade na esfera pública podem ter um impacto significativamente negativo na democracia deliberativa, constituindo desafios e ameaças na esfera pública. Essas práticas enfraquecem a democracia deliberativa e o ideal de esfera pública preconizado por Habermas, por serem contrárias aos requisitos de racionalidade e verdade das ações comunicativas.

A desinformação provoca a erosão da confiança, que é indispensável na conceção de esfera pública de Habermas. Quando as informações são falsas, agora predominantemente na forma de *social media*, e disseminadas na esfera pública, que também se converteu para uma dimensão virtual através das redes sociais, ou quando a verdade é distorcida, os cidadãos são levados a acreditar em informações que não são verdadeiras. A desinformação é um fenómeno social atual e prejudica a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões informadas, mina a confiança nas instituições públicas e nos processos democráticos, e desvirtua a formação de uma opinião pública esclarecida e informada.

Efetivamente, a desinformação está associada às práticas de manipulação e distorção da verdade na esfera pública, com implicações na formação das opiniões dos indivíduos. A manipulação da verdade pode ser usada para moldar as opiniões das pessoas de maneira direcionada e partidária, podendo influenciar o resultado de discussões públicas e debates políticos e levando a decisões que não refletem o interesse público real.

As práticas de manipulação e distorção da verdade na esfera pública enfraquecem a democracia deliberativa também através da obstrução do diálogo racional, que é um requisito ideal para a esfera pública como propôs Habermas. A manipulação e a distorção da verdade conduzem ao inverso do desejável, i.e. a discussões invalidadas, desonestas e polarizadas nas quais os argumentos racionais são substituídos por uma retórica emocional populista e pela desinformação generalizada. Esta situação dificulta a construção de consenso e a procura pelo entendimento mútuo dos indivíduos na esfera pública, que assim se enfraquece. Uma esfera pública democrática e plenamente funcional depende de informações verdadeiras, precisas e factuais, bem como de discussões públicas honestas. A manipulação da verdade corrói a qualidade do discurso público, desencorajando os cidadãos a participar em discussões construtivas e a confiar nas informações partilhadas quer pelos *media* noticiosos quer pelas redes sociais. Até as instituições sociais democráticas são desacreditadas ou deslegitimadas pelos cidadãos devido aos efeitos das práticas de manipulação e distorção da verdade na esfera pública. A propagação de desinformação leva os cidadãos a questionar a validade das instituições democráticas e a desacreditar os processos de tomada de decisão política. Esta circunstância mina a legitimidade da democracia e enfraquecer a participação cívica na esfera pública.

Conforme sublinha Habermas, a democracia deliberativa depende da capacidade dos cidadãos em refletirem sobre questões complexas e debaterem ideias de uma maneira informada. A manipulação da verdade prejudica a qualidade das reflexões, levando a decisões baseadas em informações distorcidas. Por conseguinte, as práticas de manipulação e distorção da verdade na esfera pública têm o potencial de minar os princípios fundamentais da democracia deliberativa, prejudicando a qualidade dos debates

públicos, minando a confiança nas instituições e comprometendo a procura coletiva pela verdade e pelo entendimento mútuo.

Para Habermas, a ideologia é um modo de comunicação distorcida, a distorção sistemática da relação de diálogo. Num contexto de reconhecimento das partes em interação e relação dialógica, a situação de não comunhão deve ser superada pelo reconhecimento, mas é uma doença da comunicação. “A ideologia é, pois, em si, uma doença da comunicação”; “a ideologia não é distorção acidental, mas antes sistemática da relação dialógica” (RICOEUR, 1991, p. 388). A referência à tradição cultural, às normas, às instituições, à estrutura linguística da comunicação e à interpretação demonstra que os processos distorcidos na esfera pública só fazem sentido se a ação for mediada simbolicamente, segundo Ricoeur. Criticar e interpretar representam a atividade que os indivíduos realizam em relação à natureza e a si mesmos em interação na esfera pública. Sem a distinção entre ação instrumental e ação comunicativa, não há lugar para a crítica e nem para a própria ideologia, pois é apenas num quadro institucional que a dependência social e o poder político podem exibir os seus efeitos repressivos, por um lado, mas também apenas nesse quadro faz sentido a comunicação livre de dominação, considera Ricoeur (1991, p. 387).

Conforme sustenta Slavoj Žižek (1992, p. 25), em *Eles não sabem o que fazem: O sublime objeto da ideologia*, a dimensão fundamental da ideologia é a que a torna não apenas uma “falsa consciência”, uma representação ilusória da realidade, mas uma falsa consciência misturada com a própria realidade. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels apresentam a ideologia como um reflexo invertido do real na consciência das pessoas, que interagem permanentemente na esfera pública. É como acontece com a inversão das imagens numa câmara escura (Marx; Engels, 2007, p. 94).

De acordo com Žižek (1992, p. 59), “a definição mais elementar da ideologia é, provavelmente, a de Marx, o célebre ‘disso eles

não sabem, mas o fazem”. A ideologia está associada a uma certa ingenuidade, que é o oposto do ideal de racionalidade da ação comunicativa de Habermas para a interação na esfera pública e a deliberação democrática. A ideologia pressupõe ações sociais distanciadas da consciência de que age, i.e. uma distância entre o que efetivamente se faz e a “falsa consciência” que se tem disso (Žižek, 1999, p. 9).

A ideologia implica um estado de alienação, dominação e exploração, que é incompatível com o ideal moderno e democrático de participação racional na esfera pública. No caso da ideologia disseminada pelos *media*, estes criam um fosso entre os seus conteúdos (principalmente imagens), supostamente referentes à realidade, e a própria realidade. Quando os conteúdos reportados são hiperbolizados, criam sensacionalismo e espetáculo alienantes dos públicos dos *media* na esfera pública. Na atual era da desinformação, a literacia mediática afigura-se uma ferramenta crítica importante para separar o trigo do joio, ou seja, a verdade e os factos das notícias falsas.

Nas últimas décadas, as mudanças tecnológicas acontecem de forma mais rápida e profunda. Desde o surgimento da *internet*, os avanços científicos e os desenvolvimentos técnicos e eletrónicos permitiram mudanças globais na esfera pública e nos modos de vida e interação social. Quase não nos apercebemos dessas mudanças, apesar de serem globais e profundas. Sem nos apercebermos, não refletimos nem discutimos publicamente sobre os seus efeitos. Paradoxalmente, essas mudanças trazem mais ações comunicativas e meios de comunicação, mas as ações sociais são contrárias aos ideais de racionalidade comunicativa na esfera pública preconizados por Habermas. Com essas mudanças, as sociedades se fundem numa só à escala global e numa dimensão virtual, o que Pelton (2000, p. 1) define como a *e-sphere*, um espaço público virtual e contemporâneo.

A *e-sphere* é complexa e multiforme. É uma rede ou teia de relações eletrônicas de comunicação (por meio de dispositivos tecnológicos) onde presidem a conectividade e interatividade. Representa a transição de uma esfera pública física para um estado *online* e global de pensar, sentir, agir, ver e compreender, contrariando o pressuposto de atitude e pensamento críticos individualizados de Habermas e da Escola de Frankfurt. Além do predomínio do coletivo e do *online* em detrimento da participação individual e *offline* na esfera pública, a *e-sphere* caracteriza-se pela partilha de um espaço virtual e de uma dimensão digital fora do tempo e do espaço (Bruce; Yearley, 2006, p. 89).

É neste sentido que, em *The intelligence of evil or the lucidity pact*, Baudrillard (2005, p. 31) considera a imersão, a imanência e o imediatismo como as características do virtual. Vivemos atualmente numa esfera pública híbrida (virtual e real), que se divide entre momentos e interações *online* ou *offline*. É uma esfera pública onde os indivíduos podem encontrar-se, trocar ideias, partilhar informações, criar *social media* ou envolver-se em atividades e discussões políticas (Bell; Loader; Pleace; Schuler, 2005, p. 41). Este género de interação humana não requer um contato físico ou a presença corporal, mas é caracterizada pela interconexão de milhões de pessoas em todo o mundo em comunicação.

Seja na esfera pública tradicional (física) ou na nova esfera pública virtual (*e-sphere*) milhares de informações circulam e são partilhadas. Destas informações, muitas são falsas. Neste contexto, a literacia dos *media* e as capacidades de pensamento crítico são imprescindíveis, pois são ferramentas úteis para combater a manipulação e distorção da verdade na esfera pública. Mais premente será no caso de uma esfera pública transformada em *phygital* (fusão das palavras “físico” e “digital”). A evolução tecnológica transforma a vida coletiva, quotidiana e moderna, em função da qual adaptamos

os nossos comportamentos e atitudes sociais e somos influenciados pelo consumo dos produtos dos *media*, que são suscetíveis de engano, manipulação e falsidade.

O pensamento crítico ajuda a entender e analisar as mensagens, revelando sentidos ideológicos mais implícitos e subentendidos e permitindo que os indivíduos se tornem mais atentos e conscientes (Cottrell, 2005, p. 93). Informações, argumentos e pontos de vista ideológicos estão implícitos ou pressupostos, escondidos ou camuflados entre as notícias e sob a falsa cobertura de certos meios de comunicação. Ter pensamento crítico é não aceitar todas as informações como verdadeiras e desinteressadas que são transmitidas e recebidas na esfera pública, seja a física seja a virtual (Browne; Keeley, 2018, p. 143). Ter sentido crítico é, portanto, entender os mecanismos de formação da opinião pública, saber como a informação é produzida e como circula na esfera pública. O pensamento crítico é a capacidade de avaliar a confiabilidade da informação (Silverblatt; Smith; Miller; Smith; Brown, 2014, p. 406) e a qualidade de um canal de informação, seja um meio de comunicação social ou um sítio na *internet*. O pensamento crítico é uma ferramenta da literacia dos *media*.

Portanto, em *The thinker's guide to the art of Socratic questioning*, Elder e Paul definem o pensamento crítico como o monitoramento sistemático do pensamento com o objetivo final de melhoria. Quando pensamos criticamente, percebemos que o pensamento não deve ser aceite pelo valor nominal, mas deve ser analisado e avaliado por sua clareza, precisão, relevância, profundidade, amplitude e lógica (Elder; Paul, 2016, p. 99). Em *The critical thinking toolkit*, Foresman, Fosl e Watson (2017, p. 8) explicam que o pensamento crítico envolve discernir a verdade e o erro e, portanto, um bom pensador crítico deve aprender a identificar afirmações que são verdadeiras ou provavelmente parecem verdadeiras, ao mesmo tempo em que reconhecem e evitam afirmações que são consideradas falsas.

Face à atual plethora de informações e sistemas de comunicação e troca de mensagens, *media*, redes sociais e os seus múltiplos e popularizados usos e efeitos, os cidadãos precisam adquirir literacias enquanto competências para lidar com os *media* e com o digital na esfera pública moderna. O crescente fenómeno social da desinformação e das notícias falsas exige mais atenção e pensamento crítico, bem como a emergente capacidade de discernir a credibilidade, o rigor e a verossimilhança dos meios de comunicação e das mensagens que circulam na esfera pública.

O pensamento crítico é fundamental para desenvolver a participação cívica ativa na esfera pública democrática e entender as influências e tendências ideológicas por trás das mensagens dos *media*, considerando que se cometem erros, falhas, distrações e se aceitam informações com evidências insuficientes, não confirmadas ou sem credibilidade, e que na esfera pública mediática existem pressões, manipulações e distorções da verdade (Moore; Parker, 2017, p. 113).

Portanto, o pensamento crítico é um instrumento necessário para a literacia da esfera pública que é dominada pela proliferação de *media* e respetivos usos, papéis, funções e efeitos sociais. Está ao alcance de todos os cidadãos a aquisição e desenvolvimento de capacidades de literacia e de pensamento crítico para a cidadania e a natureza democrática da vida social na esfera pública. Na relação entre a democratização da vida social e a literacia mediática, Couldry, Livingstone e Markham (2007, p. 105) defendem que em democracias que dependem de fluxos mediados de informação, a literacia mediática contribui crucialmente para o funcionamento efetivo da democracia.

Ao adquirirem e desenvolverem literacias e pensamento crítico, os cidadãos e consumidores de *media* adotam uma atitude mais crítica e racional na esfera pública, selecionando informações

### Manipulação e distorção da verdade na esfera pública: *media* e pensamento crítico

verdadeiras e distinguindo os factos das ficções, opiniões, preconceitos, estereótipos e preconceitos. O conteúdo dos *media* é examinado e filtrado. Como pensadores críticos, os públicos tornam-se mais autónomos, livres e independentes, baseando as suas decisões quotidianas independentemente das ideologias, manipulações, distorções e influências sociais. Tal atitude ativa é capaz de reconhecer estereótipos, preconceitos e pressupostos ideológicos que os conteúdos veiculados nos *media* manifestem.

A Escola de Frankfurt, há cerca de cem anos, apresentava uma abordagem crítica às sociedades modernas de massas e das indústrias da cultura de então, para denunciar o fomento de atitudes acríticas e conformistas nos cidadãos. Hoje, o predomínio e influência dos *media* nas sociedades da desinformação (já não sociedades da informação) contribui para o contrário ou, pelo menos, para agravar o estado de conformismo social em virtude das práticas de manipulação e distorção da verdade na esfera pública. As sociedades estão em permanente transformação, tal como os meios de comunicação e as interações envolvendo os *media* e os públicos na esfera pública.

## 5 Conclusões

Para Habermas, a verdade está ligada à ação e ao processo comunicativos e à procura pelo entendimento mútuo entre os indivíduos na esfera pública. O diálogo e a discussão racionais (e.g. através dos *mass media* ou nos *social media*) são importantes meios para chegar ao consenso razoável sobre as questões políticas. A verdade não é uma entidade absoluta nem objetiva, mas emerge da interação comunicativa entre os indivíduos, como se tratasse de um construto social.

A ligação entre a verdade e a comunicação resulta no conceito de validade discursiva, a capacidade de uma afirmação ou

argumento resistir à crítica racional e ao escrutínio público durante um processo de diálogo que se deseja democrático, i.e. livre, aberto e justo. A validade discursiva está relacionada à ideia de que a verdade não é imposta na esfera pública, não é emanada verticalmente de uma autoridade, mas é construída através do debate racional e da justificação argumentativa. A verdade é um processo dinâmico, tal como a ação comunicativa que é eminentemente social, emergindo da interação racional.

Para Habermas, a relação entre a verdade e a esfera pública desempenha um papel crucial para a sua teoria da comunicação e da democracia. A esfera pública é um espaço social onde os cidadãos podem e devem envolver-se em discussões públicas, deliberar sobre questões políticas importantes e comuns, procurando o entendimento mútuo. Nesse contexto, a verdade desempenha um papel fundamental como um ideal a ser conseguido por meio das ações e dos processos comunicativos.

Os conceitos de “ética discursiva” ou “ética do discurso” enfatizam a importância de um ideal de comunicação na esfera pública, i.e. uma comunicação livre, aberta e racional como base para a construção de consenso e entendimento. Neste contexto, a verdade emerge da comunicação.

Apesar de Habermas focar a esfera pública enquanto espaço onde os cidadãos podem reunir-se para discutir assuntos públicos de uma maneira racional e deliberativa, também reconhece que a esfera pública pode ser vulnerável à manipulação e à distorção da verdade, especialmente através dos meios de comunicação. Quando a manipulação e a desinformação são introduzidas nos meios de comunicação e na esfera pública, comprometem a qualidade do debate público e conduzem a distorções da verdade.

A manipulação e a desinformação nos meios de comunicação são obstáculos ao acesso à verdade, à discussão racional e válida

na esfera pública, às informações precisas e confiáveis sobre o que acontece no mundo. Essas privações ou subtrações da verdade na comunicação social e nos discursos públicos mediáticos conduzem a uma opinião pública distorcida e a decisões políticas baseadas em informações parciais ou ideológicas, errôneas ou incompletas. Acresce que a manipulação é necessariamente intencional e é usada para influenciar a opinião pública a favor de certos objetivos, muitas vezes em detrimento do interesse público.

É neste contexto que o pensamento crítico, já defendido pela Escola de Frankfurt no combate ao conformismo acrítico e ao mimetismo social há cerca de cem anos, desempenha um papel crucial, nas atuais sociedades da (des)informação, contra a desinformação e as práticas de manipulação nos meios de comunicação. Este artigo advoga uma cidadania crítica como ferramenta que os cidadãos devem aplicar ao analisar criticamente as informações que recebem, questionar fontes duvidosas e avaliar argumentos com base em evidências sólidas. Para o efeito, sustenta-se que a aquisição e prática de pensamento crítico é da natureza humana, pois está ao alcance de todos perguntar, duvidar e interpretar; desenvolver uma atitude crítica e não aceitar todas as informações como verdadeiras sem as questionar. Essa atitude crítica envolve a capacidade de discernir entre informações verdadeiras e falsas, i.e. separar o trigo do joio, de forma a evitar enganos provocados por estratégias de manipulação e por ideologias contidas em produtos de consumo ou programas de televisão.

A responsabilidade dos meios de comunicação é importante, pois os jornalistas e os *media* são agentes na construção da esfera pública e na difusão de informações precisas e confiáveis. A ética jornalística, a verificação de factos e a promoção da transparência são medidas que ajudam a mitigar os efeitos prejudiciais da desinformação. Por conseguinte, a manipulação e a desinformação

Manipulação e distorção da verdade na esfera pública: *media* e pensamento crítico

nos meios de comunicação distorcem a verdade na esfera pública, prejudicando o diálogo racional e deliberativo. O pensamento crítico dos cidadãos e a responsabilidade ética dos meios de comunicação são determinantes na luta contra a manipulação e a distorção da verdade na esfera pública.

## Referências

ARISTÓTELES. **Metaphysics**. Penguin Classics. 1999.

BAUDRILLARD, J. **The intelligence of evil or the lucidity pact**. Berg Publishers. 2005.

BELL, D.; LOADER, B.; PLEACE, N.; SCHULER, D. **Cyberculture: The key concepts**. Routledge. 2005.

BROWNE, M. N.; KEELEY, S. M. **Asking the right questions: A guide to critical thinking**. Pearson. 2018.

BRUCE, S.; YEARLEY, S. **The Sage dictionary of sociology**. SAGE. 2006.

COTTRELL, S. **Critical thinking skills: Developing effective analysis and argument**. Macmillan. 2005.

COULDRY, N.; LIVINGSTONE, S.; MARKHAM, T. **Media consumption and public engagement: Beyond the presumption of attention**. Palgrave MacMillan. 2007.

DEMARTIS, L. **Compêndio de sociologia**. Edições 70. 2006.

DORTIER, J.-F. **Dicionário das ciências humanas**. Climepsi Editores. 2006.

ELDER, L.; PAUL, R. **The thinker's guide to the art of Socratic questioning**. The Foundation for Critical Thinking. 2016.

ESPINAR, E.; FRAU, C.; GONZÁLEZ, M. J.; MARTÍNEZ, R. **Introducción a la sociología de la comunicación**. Publicaciones Universidad de Alicante. 2006.

Manipulação e distorção da verdade na esfera pública: *media* e pensamento crítico

FINLAYSON, J. G. **Habermas**: A very short introduction. Oxford University Press. 2005.

FORESMAN, G. A.; FOSL, P. S.; WATSON, J. C. **The critical thinking toolkit**. Wiley Blackwell. 2017.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Fundação Calouste Gulbenkian. 2008.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action volume 1**: Reason and the rationalization of society. Beacon Press. 1984a.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action volume 2**: Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Beacon Press. 1984b.

HABERMAS, J. O que é a pragmática universal? *In*: J. Habermas, **Racionalidade e comunicação**. Edições 70. 2002a. p. 9-102.

HABERMAS, J. Ações, atos de fala, interações linguisticamente mediadas e o mundo vivo. *In*: J. Habermas, **Racionalidade e comunicação**. Edições 70. 2002b. p. 103-147.

HABERMAS, J. Alguns esclarecimentos suplementares sobre o conceito de racionalidade comunicativa. *In*: J. Habermas, **Racionalidade e comunicação**. Edições 70. 2002c. p. 183-221.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tempo Brasileiro. 2003.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Edições 70. 2006.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Texto Editores. 2010a.

HABERMAS, J. Preleções para uma fundamentação linguística da sociologia. *In*: **Fundamentação linguística da sociologia**. Edições 70. 2010b. p. 29-136.

HABERMAS, J. Esclarecimentos sobre o conceito de ação comunicativa. *In*: **Fundamentação linguística da sociologia**. Edições 70. 2010c. p. 137-169.

Manipulação e distorção da verdade na esfera pública: *media* e pensamento crítico

HABERMAS, J. A racionalidade do entendimento. *In: Teoria da racionalidade e teoria da linguagem*. Edições 70. 2010d. p. 93-126.

MAGALHÃES, J. B. **Horizontes da ética**: Para uma cidadania responsável. Edições Afrontamento. 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Boitempo Editorial. 2007.

MOORE, B. N.; PARKER, R. **Critical thinking**. McGraw-Hill Education. 2017.

PELTON, J. N. **E-Sphere**: the rise of the world-wide mind. Quorum Books. 2000.

POLISTCHUK, I.; TRINTA, A. **Teorias da comunicação**: O pensamento e a prática da comunicação social. Elsevier Editora. 2003.

RICOEUR, P. **Ideologia e utopia**. Edições 70. 1991.

SILVERBLATT, A.; SMITH, A.; MILLER, D.; SMITH, J.; BROWN, N. (2014). **Media literacy**: Keys to interpreting media messages. Praeger. 2014.

TAYLOR, C. **Imaginários sociais modernos**. Edições Texto & Grafia. 2010.

WESSLER, H. **Habermas and the media**. Polity Press. 2018.

ŽIŽEK, S. **Eles não sabem o que fazem**: O sublime objeto da ideologia. Jorge Zahar Editor. 1992.

ŽIŽEK, S. **Um mapa da ideologia**. Contraponto. 1999